

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente

Republica-se por incorreção

RESOLUÇÃO Nº 005, de 29 de agosto de 2018

Dispõe sobre a convocação da VIII Conferência Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente e institui a Comissão Organizadora.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas no art.88 da Lei nº 534/2013, de 16 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre a convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de acordo com a deliberação da Plenária, em 28 de agosto de 2018 ,

Resolve:

Art.1 Convocar a VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema: **“Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”**.

Art.2 Estabelecer a data de 30 de outubro de 2018 para a realização da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores com início às 13h00min.

Art.3 As despesas decorrentes do evento, ocorrerão por conta de dotação própria do orçamento do órgão Gestor Municipal de Assistência Social.

Art.4 A Comissão Organizadora para a realização da VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá a seguinte Composição:

Guisla Darlene Muller Salvador (Presidente)

Dulcinéia Cristina Lima

Dgéssica Caroline Niederle

Rosa Maria Vieira

Amélia de Oliveira Melo de Paulo

Ângela Maria Rigo

Representantes Adolescentes

Kauê Tavares de Andrade

Natiele dos Santos

Steffany Kazik Sarmento Bassi

§1º A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao Funcionamento da Comissão Municipal.

Art.5 Compete a Comissão Organizadora Municipal;

- I- Propor estratégias de mobilização (eventos preparatórios à participação na conferência) e divulgação;
- II- Definir o local para a realização da conferência;
- III- Preparar a programação;
- IV- Definir os palestrantes;
- V- Construir a minuta do regimento interno;
- VI- Prever a acessibilidade das pessoas com deficiência;
- VII- Consolidar o Relatório Final e encaminhá-lo ao Conselho Estadual e Escritório Regional.

Art.6 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Guisla Darlene Muller Salvador
Presidente do CMDCA